



Número: **0801311-66.2020.8.15.0141**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Catolé do Rocha**

Última distribuição : **18/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 7.593,75**

Assuntos: **Indenização por Dano Material, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA (AUTOR)		FABRICIO ALVES DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
30766645	18/05/2020 21:48	<u>Petição Inicial</u>	Petição Inicial
30767003	18/05/2020 21:48	<u>Peticão Inical - OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA</u>	Outros Documentos
30767008	18/05/2020 21:48	<u>Anexo 01 - Procuração Ad Judicia</u>	Procuração
30767010	18/05/2020 21:48	<u>Anexo 02 - Declaração de Hipossuficiência</u>	Outros Documentos
30767261	18/05/2020 21:48	<u>Anexo 03 - Boletim de ocorrência e anexos</u>	Outros Documentos
30767263	18/05/2020 21:48	<u>Anexo 04- Declaração e Prontuário - Hospital de Catolé do Rocha</u>	Outros Documentos
30767265	18/05/2020 21:48	<u>Anexo 05 - Relatório Médico</u>	Outros Documentos
30767266	18/05/2020 21:48	<u>Anexo 06 - Atestado Médico</u>	Outros Documentos
30767270	18/05/2020 21:48	<u>Anexo 07 - Valor recebido pela Invalidez</u>	Documento de Comprovação
30767272	18/05/2020 21:48	<u>Anexo 08 - Valor recebido das Despesas médicas e hospitalares</u>	Documento de Comprovação
30767274	18/05/2020 21:48	<u>Anexo 09- Documento de Identificação</u>	Documento de Identificação
30767277	18/05/2020 21:48	<u>Anexo 10 - Comprovante de Residencia</u>	Documento de Comprovação
30767278	18/05/2020 21:48	<u>Anexo 11 - Imagens da situação da debilitação</u>	Documento de Comprovação
34531728	21/09/2020 18:37	<u>Despacho</u>	Despacho
35362901	12/10/2020 19:15	<u>Emenda à inicial</u>	Petição
35362902	12/10/2020 19:15	<u>EMENDA A EXORDIAL</u>	Comunicações
35432776	14/10/2020 10:47	<u>Expediente</u>	Expediente
37951283	17/12/2020 11:39	<u>Despacho</u>	Despacho
38463248	18/01/2021 09:54	<u>Certidão</u>	Certidão

38463 559	18/01/2021 09:55	<u>Expediente</u>	Expediente
38494 971	18/01/2021 23:54	<u>Outros Documentos</u>	Outros Documentos
38494 972	18/01/2021 23:54	<u>PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE JUSTIÇA GRATUITA</u>	Outros Documentos
38497 183	20/01/2021 09:39	<u>Despacho</u>	Despacho
38899 974	29/01/2021 20:14	<u>Comunicações</u>	Comunicações
38902 706	30/01/2021 07:48	<u>Expediente</u>	Expediente

Petição em anexo





ALVES & OLIVEIRA
ADVOCACIA

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA DA
COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA, ESTADO DA PARAÍBA.**

OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 983.392 - SSP/PB, inscrito no CPF sob nº 396.353.764-72, telefone: (83) 9- 9996-9130, residente e domiciliado no Sítio Jaleco, s/n, área rural de Riacho dos Cavalos, Estado da Paraíba, CEP: 58.870-000, vem respeitosamente perante V. Exa, por seu advogado que esta subscreve conforme procuração anexa (**anexo 01**), com endereço profissional na Rua Manoel Trajano de Farias, s/n, bairro: José Américo na cidade de Riacho dos Cavalos/PB, onde doravante serão encaminhadas as intimações do feito propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE –
SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

(Lei nº 6.194/74 alterada pela Lei nº 11.945/09)

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, telefone 4020-1596/0800 022 12 04, situada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP.: 20031-205; pelos fatos e fundamentos que passa a expor:





PRELIMINARMENTE

1 DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Cumpre inicialmente destacar que o requerente não possui condições de arcar com os custos do processo, sem prejuízo do seu sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência **(anexo 02)**, razão pela qual requer os benefícios da justiça gratuita, na forma do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil (CPC) c/c inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

2 DOS FATOS

A parte autora no dia 04/09/2019, conforme consta no registro de ocorrência policial nº 1089/2019 **(anexo 03)**, foi vítima de um acidente de motocicleta, na qual restou-se com acentuada fratura exposta no platô tibial esquerdo e escoriações pelo corpo.

O requerente deu entrada no Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos, na cidade de Catolé do Rocha/PB, na data do acidente, no qual deu entrada na Urgência e Emergência daquela unidade hospitalar, onde foram feitos os primeiros procedimentos consoante consta na ficha de atendimento ambulatorial **(anexo 04)**.

No dia seguinte ao acidente o requerente foi internado no Hospital Regional Manoel G. de Abrantes na cidade de Sousa/PB, para realização de acompanhamento e prescrições médica.

Além disso, necessitou o requerente em virtude da fratura sofrida passar por uma limpeza e realização de procedimento cirúrgico para tratamento da fratura em ossos do joelho esquerdo com redução + fixação com colocação de fixador externo por um período de 20 (vinte) dias, em seguida o mesmo submeteu-se a um novo procedimento cirúrgico para a retirada do fixador externo + colocação de fixação com 01 placa de titânico + parafusos metálicos e tratamento conservador com uso de antiinflamatório, analgésico e repouso. **(anexo 05)**.



Excelência, o relatório médico fornecido pelo profissional constatou uma lesão permanente no limite de 75% da capacidade funcional do joelho esquerdo, MSD + hemitoraz direito, ocasionando um comprometimento funcional do requerente para as atividades laborativas e/ou vida diária, conforme demonstrado documentalmente.

Posteriormente ao fato, o requerente foi encaminhado para atendimento médico, sendo diagnosticado que o mesmo sofrera fratura grave no joelho esquerdo, inclusive recomendando-se inicialmente o afastamento de eventuais atividades por **um período indeterminado**, consoante teor do atestado médico (**anexo 06**).

Após buscar a reparação do dano ocasionado pelo sinistro, restou o demandante com considerável limitação física, que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada a retomar suas atividades rurais relacionadas ao exercício da agricultura, pois se encontra debilitado, sente muitas dores, não movimenta o joelho com facilidade, sente dificuldades ao erguer, flexionar e realizar qualquer outro movimento com o membro afetado.

Diante disso, consideráveis foram os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da fratura sofrida, prejuízo esses que acompanham o requerente até os dias atuais e que possivelmente lhe acompanharão por toda a vida, consoante consta nos pareceres médicos acostados. Portanto, por questão de justiça e respeito á previsão legal, o segurado buscou amparo através do pedido de indenização DPVAT, junto a **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DE SEGURO DPVAT**, tendo feito seu requerimento através da **JG TORRESEG CORRETORA DE SEGUROS LTDA**, atuando em nome daquele.

Desta forma, uma vez ocorrido o acidente de transito, sofrendo a parte autora lesões e fraturas conforme já mencionado e especificado no caso em tela, comprovadamente com caráter de invalidez permanente, faz jus a mesma ao recebimento de indenização de seguro DPVAT/INVALIDEZ de maneira justa.

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, conforme já mencionado, o autor encaminhou seu pedido a parte ré, requerendo administrativamente a quantia na qual faz jus em decorrência do





Seguro obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), referente ao pedido **de indenização por invalidez** cujo número do sinistro foi autuado sob nº 3190701544, bem como fez o requerimento referente às Despesas Médicas Hospitalares - DAMS, registrado através do nº do sinistro 3190701544.

Certa do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, no qual tamanha fora a surpresa desta quando informada do pagamento da indenização, não por sua confirmação, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pelo demandado.

Com base no documento anexado, **a ré efetuou pagamento de valor irrisório**, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pela autora e com a invalidez permanente que esta adquiriu. Ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, o requerente recebeu o valor de R\$ 1.687,50 sendo este acrescido de um segundo pagamento R\$ 843,75 que correspondente ao pagamento efetuado após uma reanálise do caso, totalizando ambos, no valor de R\$ 2.531,25 sendo este referente à cobertura de invalidez. No tocante ao pedido referente às Despesas médicas hospitalares o requerente recebeu o valor de R\$ 780,61 consoante consta nos extratos acostados **(anexos 07 e 08)**.

Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, não é condizente com a previsão legal e com seriedade da lesão sofrida pelo autor. O demandante permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por 02 (dois) procedimentos cirúrgicos e mesmo assim, restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções realizadas ao exercício das suas atividades rurais relativas ao exercício da agricultura.

Consoante se demonstra Excelência, o segurado, por ora autor, juntou ao seu pedido administrativo para preenchimento de indenização seguro DPVAT, certidão de ocorrência policial relatando o acidente, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões, e mesmo assim, teve como resposta da ré, um pagamento bastante ínfimo, não





compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo, solucionar a questão e receber a indenização correta/devida, porém, injustificadamente, a demandada efetuou o pagamento de um valor aquém do que deveria, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste, de maneira a ser aplicado de maneira devida e justa o cumprimento da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.945/2009.

3 DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº 6.194/74 alterada pela Lei nº 11.945/09, prevendo esta, a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei nº 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada *in verbis*:

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para 03 (três) naturezas de danos: morte,





ALVES & OLIVEIRA
ADVOCACIA

invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a SEGURADORA LÍDER-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.

O diretor presidente da SEGURADORA LÍDER-DPVAT, Ricardo Xavier, explicou que o procedimento para o recebimento do seguro pelas vítimas de trânsito é simples e alerta para o fato de que não é necessário intermediário para dar entrada no pedido de indenização.

“Ninguém melhor que o próprio cidadão para preservar seus direitos. Há seguradoras em todo o Brasil para receber as vítimas de trânsito. Basta apresentar os documentos na seguradora escolhida no prazo de três anos a contar da data da ocorrência do acidente,” afirma.

O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500,00 no caso de morte e de até R\$ 13.500,00 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700,00 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte ou Reembolso de Despesas Médicas e Hospitalares é de 3 (três) anos a contar da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 (três) anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.

Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.





4.1 DA INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE

Inicialmente, cumpre ressaltar que fazem jus ao recebimento de indenização coberto pelo seguro DPVAT, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrarem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei nº 6.194/74 alterada pela lei nº 11.945/09, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no **caso de invalidez permanente**;

III - até R\$ 2.700 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

(Grifo nosso).

Assim, Excelência chega a ser vergonhosa a tentativa da promovida em tentar retirar um direito garantido ao Promovente, diminuindo o percentual da lesão por livre arbítrio.

Dessa forma, cumpre mencionar a Súmula 474 do STJ que é taxativa quando ao grau da lesão, *in verbis*:

"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez." (grifo nosso)

Vejamos 02 (dois) dos trechos constantes no relatório médico, **(anexo 05)**:

Do exposto, conclui-se que há deficiência permanente e limitação em 75% da capacidade funcional do joelho esquerdo.





Do exposto, concluo que há limitação em 75% da capacidade funcional do MSD + hemitorax direito. Considerando comprometimento funcional permanente para as atividades laborativas e/ou da vida diária.

Nesse sentido, não existe outra porcentagem de lesão (debilidade permanente) que não seja os 75% (por cento), definida no relatório supramencionado. Pagar valor inferior é uma afronta ao sumulado 474 do STJ e aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade bem como o da dignidade humana.

Ressalta-se que se o valor da indenização por invalidez permanente máximo tem por base o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e, se o grau de lesão permanente ficou em 75% (setenta e cinco por cento), teríamos o valor de R\$ 10.125,00 (Dez mil cento e vinte cinco).** Referente ao seguro do DPVAT a ser recebido pelo promovente no tocante a cobertura pela invalidez permanente.

Ocorre que a promovida pagou apenas R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um real e vinte cinco centavos), **(anexo 07)**. Portanto, uma porcentagem de apenas 18,75% de R\$ 13.500,00, nesse sentido, ficou restando uma monta de R\$ 7.593,75 para completar o valor a ser creditado para o promovente.

Nessa perspectiva, em consonância com a Lei supracitada e enquadrando-se no caso em epígrafe, importante se faz mencionar jurisprudência recente do Egrégio Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul/RS, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia a demandante:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil)





e Súmula 474 do STJ. 3. **Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado.** 4. **Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto.** 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. **Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia e o pagamento administrativo realizado.** 4. Descabida correção do valor da indenização do seguro DPVAT. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70066950957, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 10/02/2016) (grifou-se).

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando a demandante com lesões e fratura que lhe causaram invalidez permanente, é incontestável o direito da mesma ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça, sobretudo no tocante ao disposto na Súmula 474 do STJ.

Outrossim, ressalta-se que segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a debilidade refere-se à perda ou anormalidade de estrutura ou funções físicas ou psicológicas, com isso, quando uma debilidade se torna severa e limita a habilidade de uma pessoa em executar atividades diárias, trabalho ou atividades produtivas, ou atividades de lazer e diversão, podemos dizer que ela tem uma incapacidade. Incapacidade esta que pode ser permanente dependendo do grau de complexidade da limitação que a vítima venha a sofrer.





Em relação a debilidade permanente existem posicionamentos jurisprudencial dos Tribunais brasileiros pertinentes, vejamos:

CIVIL. DPVAT. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. REJEIÇÃO. LEI 6.194/76 SEM ALTERAÇÃO DA LEI 11.459/2009. SÚMULA 474 DO STJ. DOCUMENTOS DO AUTOR E LAUDO DE VERIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE LESÕES PERMANENTES CONCLUSIVOS PARA DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. EXISTÊNCIA DE VERBA A SER COMPLEMENTADA. CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE O EVENTO DANOSO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O laudo do instituto médico legal é documento hábil a comprovar a debilidade permanente do autor decorrente do encurtamento do membro decorrente de fratura do fêmur esquerdo. 2. A regra em vigor à época é a Lei 6.194/74, sem as alterações produzidas pelas Leis 11.482/2007 e 11.945/2009, em homenagem ao princípio do tempus regit actum. 3. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. 4. Laudo do iml e perícia realizada pelo mutirão DPVAT constatarem a existência de lesão permanente, parcial e incompleta do membro inferior esquerdo. 5. A Lei nº 6.194/74, sem as alterações posteriores, não faz referência aos critérios de fixação da incapacidade, admitindo-se, então, a utilização da tabela editada pela susep e cnsp. 6. A perda anatômica ou funcional do membro inferior representa 70% de 40 salários mínimos vigentes no país à época do sinistro. Contudo, deste valor deve ser deduzido o valor recebido pelo beneficiário na esfera administrativa. 7. Sobre o montante a ser complementado, devem ser acrescidos correção monetária, a partir do evento danoso e juros de mora de 1%, a partir da citação. 8. Recurso de apelação parcialmente provido. (TJPE - APL: 00057949720138170001, Relator: FRANCISCO EDUARDO GONCALVES SERTORIO CANTO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/08/2015).

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA SEGURO DPVAT. COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE DE TRÂNSITO DEMONSTRADA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. Para o pagamento da indenização securitária DPVAT é necessária a comprovação do acidente de trânsito e do dano decorrente, conforme o art. 5.º, caput, da Lei 6.194/74. O autor juntou cópia do boletim de ocorrência e de prontuário médico de urgência, pelo que é afastada a hipótese de impossibilidade jurídica do pedido, pois suficientemente instruída a inicial. A correção monetária incide a partir da data do evento danoso. Os juros de mora deverão incidir a partir da citação. (TJ-MG -AC: 10325130001424001 MG, Relator: Amorim Siqueira, Data de Julgamento: 30/07/2014, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/08/2014).





Ante o exposto, em consonância com o previsto na Lei nº 6.194/74 alterada pela lei nº 11.945/09, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento da complementação do quantum indenizatório no valor **R\$ 7.593,75 (sete mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)** que somado ao valor recebido na via administrativa totaliza o montante de **10.125,00 (Dez mil cento e vinte cinco)**, ou seja, o valor que o autor faz jus de receber de acordo com regramento legal no tocante a lesão permanente que corresponde a 75% (setenta e cinco por cento).

5 DOS PEDIDOS

Ante o exposto, evidenciado o direito e a legitimidade da parte autora para legitimidade da presente ação bem como a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição inicial previstos no art. 319 do NCPC/2015, **requer:**

- a) Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do NPCP/2015, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;
- b) O deferimento dos benefícios da justiça gratuita por ser a parte autora pobre na acepção jurídica da palavra, não podendo arcar com as despesas processuais sem privar-se do seu próprio sustento e de sua família, em conformidade com a declaração de hipossuficiência, constante no **(anexo 02)**;
- c) Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** para condenar a





demandada ao pagamento de complementação de INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE CAUSADO POR VEÍCULO AUTOMOTOR DE VIA TERRESTRE, no valor equivalente a **R\$ 7.593,75 (sete mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)**, corrigidos pelo IGP-M e juros de 1% ao mês desde a citação, em virtude da debilidade permanente do autor, devidamente comprovado pelo relatório médico e demais documentos comprobatórios acostados nesta exordial.

- d) Apesar de achar que o feito já se encontra devidamente instruído, protesta e requer a juntada dos documentos em anexo e ainda a produção de todos os meios de provas em direito admitidos e necessários a solução controvérsia, tais como depoimento pessoal, oitiva de testemunhas, perícia, juntada de documentos e dentre outros;
- e) A condenação da ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, calculadas na base de 20% sobre o valor da condenação;

Por oportuno, o causídico, **declara a autenticidade de todos os documentos ora apresentados**, com fundamento nos artigos 425, VI do NCPC 2015 e 1º da Lei 11.925/2009, sob pena de sua responsabilidade.

Por fim, requer que sejam as publicações alusivas ao presente feito realizadas em nome do advogado **Fabrizio Alves da Silva**, inscrito na OAB/PB sob o nº 27.977, no endereço eletrônico: fabricioalvessilva10@gmail.com ;

Dar-se a causa o valor R\$ 7.593,75 (sete mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), nos moldes do art. 192, inciso VI do NCPC/2015.

Termos em que pede deferimento.

Riacho dos Cavalos/PB, 18 de maio de 2020.

Fabrizio Alves da Silva
Advogado OAB nº 27.977



PROCURAÇÃO AD JUDICIA

Pelo presente instrumento particular de procuração, **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 983.392 - SSP/PB, inscrito no CPF sob nº 386.353.764-72, telefone: (83) 9- 9996-9130, residente e domiciliado no Sítio Jaleco, s/n, área rural da cidade de Riacho dos Cavalos/PB, CEP: 58.870-000, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado Fabrício Alves da Silva, inscrito na OAB/PB sob o nº 27997, com endereço profissional na Rua Manoel Trajano de Farias, s/n, bairro: José Américo na cidade de Riacho dos Cavalos, Paraíba, CEP nº 58.870-000, conferindo-lhe os poderes para o foro em geral, nos termos do artigo 109 do CPC, com cláusula ad judícia e et extra, a fim de que possa agir na defesa dos interesses e direitos do(a) outorgante perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação ou requerimento competente em que o(a) outorgante seja autor(a) interessado ou reclamante, e defendendo-o(a) quando for réu (ré) interessado(a) ou requerido(a), podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, confessar, requerer inventário ou arrolamento, firmar compromisso, prestar declarações, bem como substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes, se assim lhe convier e praticando todos os atos necessários para o fiel e bom desempenho deste mandato que tem o fim especial de ingressar com

AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDEVIDIDADE POR INVALIDEZ PERMANENTE - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

Riacho dos Cavalos/PB, 08 de abril de 2020.

OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA
Assinatura do Outorgante

Digitalizado com CamScanner



DECLARAÇÃO

OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 983.392 - SSP/PB, inscrito no CPF sob nº 396.353.764-72, telefone: (83) 9- 9996-9130, residente e domiciliado no Sítio Jaleco, s/n, área rural da cidade de Riacho dos Cavalos/PB, CEP: 58.870-000.

DECLARO para todos os fins de direito sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **Gratuidade da Justiça**, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei Nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil). Requeiro ainda, que o benefício abranja todos os atos do processo.

Assumo a responsabilidade por minhas afirmações, tanto de pobreza como de residência, sujeitando-me as sanções civis e criminais previstas na legislação vigente em caso de falsidade do conteúdo desta declaração.

E, por ser a expressão da verdade, assino a presente de próprio punho.

Riacho dos Cavalos/PB, 08 de abril de 2020.

Otávio Domingos de Oliveira

OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

=Declarante=

Digitalizado com CamScanner





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 1089/2019

Natureza da ocorrência: **ACIDENTE COM MOTO**

Data do fato: **04/09/2019** hora: **19h20min**

Notificante: **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA**, alcunha "****", Nacionalidade: Brasileiro, naturalidade: Riacho dos Cavalos-PB, nascido em 27/12/1964, documento: CPF Nº 396.353.764-72 RG Nº 983.392-SSP/PB, filho de Jacira Maria de Oliveira e de Sebastião Felipe de Oliveira, endereço: Sítio Jaleco-Zona Rural de riacho dos Cavalos-PB, referência: 83-99833-0973.

Sob a responsabilidade do Del. Pol.: **HOMERO PERAZZO FILHO**

Vítima: *******, alcunha "****", Nacionalidade: *******, naturalidade: *******, idade: **** *****, nascido em ***/**/******, cor/raça: *********, Estado Civil: *********, Profissão: *******, Escolaridade: *********, documento: *******, filiação: ******* e de *******, endereço: ******* *****, referência: *******. Tel/Cel: **(**) ****

HISTORICO DO FATO

O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: QUE, em data de 04/09/2019, às 19h20min, conforme ficha de atendimento médico/ambulatorial do Hospital Regional de Catolê do Rocha-PB, onde consta que este notificante foi vítima de acidente com moto, quando conduzia sua moto de marca HONDA/CG 150 TITAN KS, de cor preta, ano/modelo 2009/2009, CHASSI Nº 9C2KC15109R033476, de placas MON-3103/PB, registrada em nome de JANDIVAN CARNEIRO DE ANDRADE, portador do CPF nº 041.861.954-98, pela via urbana de nome Rua do alto situada na cidade de riacho dos Cavalos-PB, foi deixar sua esposa em uma clínica para realizar um sessão de fisioterapia, e no retorno para sua residência, quando foi surpreendido por um veículo puxando um reboque que atravessou na frente deste notificante onde veio a colidir no reboque senso jogado de cima de sua moto, onde houve uma fratura exposta da perna esquerda em vários locais, sendo socorrido por terceiros para o Hospital Regional de Catolê do Rocha-PB, devido a gravidade do acidente, foi transferido para o Hospital Regional da cidade de Sousa, onde passou por procedimentos hospitalares. Por esse motivo comunica o fato e pede providências. Nada mais a consignar.

Catolê do Rocha, 13 de novembro de 2019. Às 15:50 horas.

Otávio Domingos de Oliveira

☒ Notificante

☐ Testemunha Arrogada

Assinatura do Policial responsável pelo registro
José Carlos da Silva Filho
Matrícula: 135.632-0



Relatório Médico

Paciente Otavio Domingos de Oliveira, 55 anos, vítima de acidente com moto (colisão moto x reboque) no município de Riacho dos Cavalos- PB no dia 04/09/2019 com BD da número 1089/2019.

Apresentava, em decorrência do acidente, fratura exposta no platô tibial esquerdo e escoriações pelo o corpo.

Foi submetido a limpeza + procedimento cirúrgico para tratamento da fratura em ossos do joelho esquerdo com redução + fixação com colocação de fixador externo por um período de 20 dias, em seguida o mesmo submeteu-se a novo procedimento cirúrgico para a retirada do fixador externo + colocação de fixação com 01 placa de titânio + parafusos metálicos e tratamento conservador com uso de anti-inflamatório, analgésico e repouso. O mesmo relata que realizou 20 sessões de fisioterapia e recebeu alta definitiva em 20/01/2020.

Ao exame:

Observo presença de cicatrizes pelo o corpo.

Joelho esquerdo apresenta múltiplas cicatrizes extensas localizado na face anterior do mesmo (Cicatrizes do fixador externo + acesso cirúrgico), edema residual muito importante, dor a palpação, dor a mobilização passiva e ativa, bloqueio ativo dos movimentos de flexão e extensão, ausência de força muscular dos movimentos de flexão e extensão e parestesia no MIE. Paciente desmolda em marcha claudicante.

Do exposto, concluo que há debilidade permanente e limitação em 75% da capacidade funcional do joelho esquerdo.

Sousa, 22.01.2020

Dr^a Lúizane Lira M. Fontes

Médica
CRM-PB 271445

Lúizane Lira Nobre Fontes

CRM: 8448 - PB

Digitalizado com CamScanner



Do exposto, concluo que há limitação em 75% da capacidade funcional do MSD +
membranas direito. Considerando comprometimento funcional permanente para as
atividades laborativas e/ou da vida diária.

Sousa, 22.01.2020

Drª Luíziane Lira M. Fontes

Médica

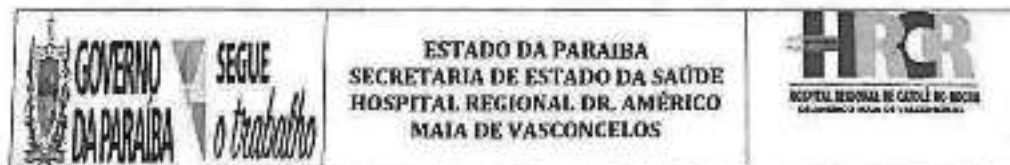
CRM/PE 8445

Luíziane Lira Robre Fontes

CRM 8445 - PE

Digitalizado com CamScanner





Declaração

DECLARAMOS para os devidos fins de direito que, **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA**, RG: Nº 983.391 SSP/PB, residente e domiciliado no Sítio: Jaleco – Riacho dos Cavalos - PB, foi atendido nesta Unidade Hospitalar por Dr. Carlos Antônio de S. Nunes - CRM/9764, no dia 04 de Setembro de 2019. Deu entrada na Urgência e Emergência, vítima de acidente de moto (colisão x com reboque), foram feitos os primeiros procedimentos e em seguida liberado. Conforme cópia da ficha de atendimento ambulatorial, anexa.

As informações citadas encontram-se arquivadas, o referido é verdade e vai por mim assinada.

Giula Dantas de Fretes Ramalho Monteiro
Diretora Geral
Diretora Geral

Catolé do Rocha – PB, 05 de Dezembro de 2019.

Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos
Rua: Castelo Branco, 349 Batistão - Cep: 58004-000 - Catolé do Rocha - PB
Email: Tel. (83)3441-1280

Digitalizado com CamScanner



HCR EST. GO DA PARAIBA - Sec. Est. Saúde
HOSP. REG. CATOLÉ DO ROCHA - PB
HOSPITAL REGIONAL FICHA ATENDIMENTO AMBULATORIAL

GOVERNO DA PARAIBA
U.F. 3713
o trabalho

CNPJ: 08.778.268/0001-60

Nome: HOSPITAL REGIONAL DR AMERICO MAIA DE VASCONCELOS
Endereço: RUA CASTELO BRANCO, 345 - BATALHAO
Cidade: CATOLÉ DO ROCHA ESTADO: PARAIBA

Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Paciente: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA
Mãe: JACIRA MARIA DE OLIVEIRA
Nascimento: 27/12/1964 Idade: 54 Sexo: M
Profissão: SITIO JALECO
Endereço: ZONA RURAL
Bairro: RIACHO DOS CAVALOS - PB - 58870-000 - 2012804
Cidade: 700-0090-4244-0807
CNS: 0408/2019 19:38:41
CPF: 31534

Reg. Nasc.:
Retipografista: JACQUIRIA DE O. LIMA
Ficha Número: 93857

SPO 2: FC: TEMP: HGT: PA:
ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

*paciente vítima acidente
mto grave com fratura. Apresenta
escorinhos com unhas e unhas II,
e com unhas em unhas II*

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS
Ex - feto e
10/14/2019 19:38:41
20/12/2019 19:38:41
20/12/2019 19:38:41

01 - ELETIVO ☐ 02 - URGÊNCIA ☐ CARÁTER DO ATENDIMENTO
03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO Descrição

DIAGNÓSTICO *Do e evento feto e* CID-10

MEDICAÇÃO
1. PRESCRITA
2. APLICADA

ENCAMINHAMENTO
OBSERVAÇÃO
OUTRO HOSPITAL
RESIDÊNCIA
ÓBITO
INTERNAÇÃO
OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO
1- 030106006-1
2- 04 001 0 0 0 5 9
3- 04 001 0 0 0 5 9

Dr Carlos Antonio de Sousa Nunes
Médico
CPE: 034.312.304-60
Médico / Cms / Cms
CARLOS ANTONIO DE SOUSA NUNES - 8764-PB - 703-6058-4148-5135
ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL
Polígrafo Direto

XO de Sousa Nunes
ASS. REVISOR TÉCNICO - carmão
ASS. REVISOR ADMINISTRATIVO - carmão

NIAT: 134. 455

1º: Clotário Domingos de Oliveira Apt: 27/12/69 Est. Civil: solteiro Resp: Vol. 1145 do Diário Oficial
2º: Petro Jaleco Cidadao: Rio de Janeiro Est: RS
3º: Dr. Diego Clínica: Penicilina Ortopédica
Data de Internação: 05/09/2019 Peso: 70 Temperatura: 36,6 P.A.: 120/80

AMNESE:

Queixa Principal:

Dor em joelho E.

História da Doença Atual:

Paciente vítima de acidente motorcyclístico dia 04/09/19
a 18h. Terceira fratura em joelho esquerdo.
Permanecendo de dor local e impossibilidade
de caminhar e carregar peso.

Exame Físico:

BEO, Glasgow 15
NVC
edema +1+ joelho E.
flexão +.
Sutura em joelho proximal tibia E.
Cicatrizado - segue.
Tudo injúria podalica

Diagnóstico:

Sintomas:

Fratura Pilon Tibial E. (experto).
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

Dr. Diego S. S. S. S.
Ortopedia e Traumatologia
CRM 15349





HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA

Estado da Paraíba
HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA DEP. MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome: Altair Domingos de Oliveira Mader, 54a Cor: Enfermeiro: 03 Leito: 02 Categoria: Internado

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO	RELATÓRIO
09/05	1) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	2) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	3) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	4) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	5) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	6) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	7) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	8) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	9) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	10) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	11) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	12) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	13) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	14) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	15) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	16) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	17) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	18) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	19) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	20) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	21) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	22) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	23) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	24) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	25) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	26) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	27) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	28) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	29) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor
09/05	30) Siga a medicação prescrita	10h	Deposito no setor

[Assinatura]
FABRICIO ALVES DA SILVA
MÉDICO

[Assinatura]
FABRICIO ALVES DA SILVA
MÉDICO

[Assinatura]
FABRICIO ALVES DA SILVA
MÉDICO

Nome do Paciente		HRS	
Nome do Operador		134455	
Nome do Paciente	Otávio Pinheiro de Oliveira		
Data da Operação	06/09/19	Enl.	Leito
Operador	Daniel Braga		1.º Auxiliar
1.º Auxiliar	3.º Auxiliar		Instrumentado
Assistente	Rafaela		Tipo de Anestesia
Diagnóstico Pré-Operatório: Fratura exposta platô do Lul @			
Tipo de Operação: LMC + FG			
Diagnóstico Pós-Operatório			
Relatório Imediato do Período			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Operação			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Vi de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Enxerto - Aspecto Visual

- Paralelo a 90°
- Fraturas a 1.º - 2.º - 3.º
- Apoiar o campo lateral
- Limpar exatidão em Cloroformo e álcool + S.O. 9%
- Aplicação de fixador externo transarticular
- Limpar
- Curativos

Dr. Daniel B. Braga
CRM-PR 9248



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES

DETRAN - PB
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

Nº 012506509048
VIA - DET 20161308601807-1
001462777118 00/00000000 2016

NOME: **JANDEVAN CARNEIRO DE ANDRADE**

04186195498 MON3103/PB

PLACANT: **NOVO** PB 9C2KC15109R033476

ESPECIE: **PAS/MOTOCICLE/NAO-APLIC** COMBUSTIVEL: **GASOLINA**

WAPLA: **HONDA/CG 150 TITAN KS** ANO FAB: **2009** ANO VENC: **2009**

CAP/MOT/AD: **2 P/149 /CI** CATEGORIA: **PARTIC** COR/RECORRENTE: **PRETA**

DATA UNIC: **IPVA PAGO EM 21/03/2016** VENC. COTA UNIC: **1º** VENC. COTAS: **2º**

PAGA IPVA: ********* PARCELAMENTO COTAS: **0**

PREMIO TARIFARIO (R\$): ********* DATA DE PAGAMENTO: **21/03/2016**

PREMIO TOTAL (R\$): **SEGURO (P A G O)**

SEM RESERVA DE DOMINIO

RTACHO DOS CAVALOS - PB

14001

DATA: **08/04/2016**

33928

DETRAN - PB
BILHETE DE SEGURO

Nº 012506509048

ESTE E O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMACOES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

DATA EMISSA: **2016 08/04/**

VIA: **04186195498** PLACA: **MON3103**

RENAM: **00146277711** MARCA/MODELO: **HONDA/CG 150 TITAN KS**

ANO FAB: **2009** ANO VENC: **2009** CHASSI: **9C2KC15109R033476**

PREMIO TARIFARIO

EMISSA: ********* DATA EMISSA: ********* CUSTO DO SEGURO: *********

CUSTO DO UNICO (R\$): ********* DE (R\$): **SEGURO** SEM CUSTO DO UNICO: **P A G O**

PAGA UNIC: **0** PARCELADO: **21/03/2016**

SEGURODORA LIDER - DPVAT
CNPJ 09.345.403/0001-04
www.segurodotalider.com.br
33928-1500538-20160408

Digitalizado com CamScanner



Declaração

DECLARAMOS para os devidos fins de direito que, **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA**, RG: Nº 983.391 SSP/PB, residente e domiciliado no Sítio: Jaleco – Riacho dos Cavalos - PB, foi atendido nesta Unidade Hospitalar por Dr. Carlos Antônio de S. Nunes - CRM/9764, no dia 04 de Setembro de 2019. Deu entrada na Urgência e Emergência, vítima de acidente de moto (colisão x com reboque), foram feitos os primeiros procedimentos e em seguida liberado. Conforme cópia da ficha de atendimento ambulatorial, anexa.

As informações citadas encontram-se arquivadas, o referido é verdade e vai por mim assinada.


Giulina Darllen de Freitas Ramalho Monteiros
Diretora Geral

Catolândia do Rocha – PB, 05 de Dezembro de 2019.

Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos
Rua: Castelo Branco, 349 Benefício - Cep: 58484-000 - Catolândia do Rocha - PB
E-mail: Tel. (83)3441-1280

Digitalizado com CamScanner



HIP ESTADO DA PARAIBA - Sec. Est. Saúde
HOSP. REG. CATOLE DO ROCHA - PB
HISTÓRICO FICHA ATENDIMENTO AMBULATORIAL

GOVERNO DA PARAIBA
SECRETARIA DE SAÚDE

CNES: 250480 CNPJ: 08.778.208/0001-60
NOME: HOSPITAL REGIONAL DR. AMÉRICO MOTA DE VASCONCELOS
ENDEREÇO: RUA CASTELO BRANCO, 348 - BATALHAO
CIDADE: CATOLE DO ROCHA ESTADO: PARAIBA

UF: PB

Alimentação: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Paciente: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA
Mãe: JACIRA MARIA DE OLIVEIRA
Nascimento: 27/12/1964 Idade: 54 Sexo: M

Profissão: SETIO JALECO
Endereço: ZONA RURAL
Bairro: RIACHO DOS CAVALOS - PB - 58870-000 - 2012804
Cidade: 790-0000-4244-0007
CNS: 790-0000-4244-0007
CPF: 04092019 153541

Reg. Nasc.:
Responsável: JACQUIRILIA DE O. LIMA
Ficha Número: 93837 31534

SPO 2 FC: TEMP: HGT: PA:
ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

*paciente vítima acidente
muito grave com lesões graves e múltiplas
lesões e ferimentos em membros*

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS
*2x - fôrma e
104 frascos - 2x - 3fr
20 frascos - 19 - 2x - 104
104 frascos*

01 - ELETIVO ☐ 02 - URGÊNCIA ☐ CARÁTER DO ATENDIMENTO
03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO Descrição

DIAGNÓSTICO *Doença de Scheuermann* CID-10

MEDICAÇÃO		ENCAMINHAMENTO		INTERNAÇÃO	
1. PRESCRITA	2. APLICADA	OBSERVAÇÃO	RESIDÊNCIA	OUTRO HOSPITAL	OUTROS
1 - 030106006-1					
2 - 04 030106006-1					
3 - 04 030106006-1					

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO

*Dr. Carlos Antônio de Sousa Nunes
Médico - 2003 Profissionais Assistentes - carm/ma*

OPE: 034.312.504-60

730

Médico / Crm / Cns

CARLOS ANTONIO DE SOUSA NUNES - 9764-PB - 703-6036-4148-5195

ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

ASS. REVISOR TÉCNICO - carm/ma

ASS. REV. SUP. ADMINISTRATIVO - carm/ma

Relatório Médico

Paciente Otavio Domingos de Oliveira, 55 anos, vítima de acidente com moto (colisão moto x reboque) no município de Riacho das Cavalas- PB no dia 04/09/2019 com SO da número 1089/2019.

Apresentava, em decorrência do acidente, fratura exposta no platô tibial esquerdo e escoriações pelo o corpo.

Foi submetido a limpeza + procedimento cirúrgico para tratamento da fratura em ossos do joelho esquerdo com redução + fixação com colocação de fixador externo por um período de 20 dias, em seguida o mesmo submeteu-se a novo procedimento cirúrgico para a retirada do fixador externo + colocação de fixação com 01 placa de titânio + parafusos metálicos e tratamento conservador com uso de anti-inflamatório, analgésico e repouso. O mesmo relata que realizou 20 sessões de fisioterapia e recebeu alta definitiva em 20/01/2020.

Ao exame:

Observe presença de cicatrizes pelo o corpo.

Joelho esquerdo apresenta múltiplas cicatrizes extensas localizado na face anterior do mesmo (Cicatrizes do fixador externo + acesso cirúrgico), edema residual muito importante, dor a palpação, dor a mobilização passiva e ativa, bloqueio ativo dos movimentos de flexão e extensão, ausência de força muscular dos movimentos de flexão e extensão e parastesia no MIE. Paciente desmolda em marcha claudicante.

Do exposto, conclui que há debilidade permanente e limitação em 75% da capacidade funcional do joelho esquerdo.

Souza, 22.01.2020

Dr^a Luziane Lira N. Fontes

(Médica)
CRM-PB 6446

Luziane Lira Nobre Fontes

CRM: 6446 - PB

Digitalizado com CamScanner



Do exposto, concluo que há limitação em 75% da capacidade funcional do MSD +
remitoresx direito. Considerando comprometimento funcional permanente para as
atividades laborativas e/ou da vida diária.

Sauá, 22.01.2020

D^{ra} Luizlene Lira M. Fontes

Médica

CRM/PE 3445

Luizlene Lira Nogueira Fontes

CRM: 3445 - PE

Digitalizado com CamScanner





Secretaria do Estado da Paraíba
Hospital Regional de Sousa

ATTESTO

Atesto para os devidos fins que

Oliveira

Daniela Oliveira

necessita de - trinta e cinco - dias

de afastamento do trabalho, ou atividades escolares, a partir

de 16/01/2020 por motivo de doença.

CID Nº

S.831

Substituída a fto

Daniela Oliveira. Int. consolidada
por fto da do.

Unidade de Saúde

Dr. Tiago A. Fernandes Local e Data

Rafael

Médico - CRM - Carimbo

Digitalizado com CamScanner





(1)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPrensaTRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190701544 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO JG TORRESEG CORRETORA DE SEGUROS LTDA

BENEFICIÁRIO OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 39635376472

Posição em 11-04-2020 10:52:42

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX



Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00



Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
30/12/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50
18/02/2020	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
28/02/2020	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/+cxNiY0PDLh9lw1HZPw api_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75ru3dypQ9cmYb2odR6GrmdE=)
03/02/2020	INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/SUePhLcaxMY5BfWlvNgbc api_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75ru3dypQ9cmYb2odR6GrmdE=)



06/01/2020	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/cDSE1EVZHKZkJUboEZapi_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75ru3dypQ9cmYb2odR6GrmdE=)
21/12/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/QxxHYCUhuhfSgxN4zsRapi_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75ru3dypQ9cmYb2odR6GrmdE=)



(<https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/>)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

ACESSIBILIDADE



(</Pages/Acessibilidade.aspx>)



(</Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx>)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (</Pages/Documentacao-Despesas-Medicadas.aspx>)
 Documentos Invalidez Permanente (</Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx>)
 Documentos Morte (</Pages/Documentacao-Morte.aspx>)
 Dicas Indispensáveis (</Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx>)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (</Pages/Saiba-como-pagar.aspx>)
 Consulta a Pagamentos Efetuados (</Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx>)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (</Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>)





(<https://www.seguradoralider.com.br>)

(<https://www.consumidor.gov.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao>)
I%C3%ADder-
dpvat)

Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefonos-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)



(<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

Termos de uso e política de privacidade (/Pages/Termos-de-Uso.aspx)





(1)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPrensaTRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados e o parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190703308 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

COBERTURA DAMS

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO JG TORRESEG CORRETORA DE SEGUROS LTDA

BENEFICIÁRIO OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 39635376472

Posição em 11-04-2020 10:57:48

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX



Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00


Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
29/01/2020	R\$ 780,61	R\$ 0,00	R\$ 780,61

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
05/02/2020	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/RXjbh0ADajmMTIJH+taCapi_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75kq9ySn7xFu0HBwdeISa2ko=)
07/01/2020	NOVA TENTATIVA DE PAGAMENTO	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/mbfS8g4RWCPWtlujvqqwTapi_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75kq9ySn7xFu0HBwdeISa2ko=)



22/12/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/ukKLKmkIh74fuLxziQbHapi_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75kq9ySn7xFu0HBwdeISa2ko=)
------------	------------------------------------	---



(https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)



(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)



(https://www.seguradoralider.com.br)



(<https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo>)
l%C3%ADder-
dpvat)

Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)



(<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

Termos de uso e política de privacidade (/Pages/Termos-de-Uso.aspx)



VALIDA EM TODA O TERRITÓRIO NACIONAL

983.392 -2 VIA 17/12/2019

NOME OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

FILHO(S) SEBASTIÃO FELIPE DE OLIVEIRA
JACIRA MARIA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE RIACHO DOS CAVALOS-PB DATA DE NASCIMENTO 27/12/1964

SOC. ORDEM CASAM N. 3596 FLS. 294 LIV. 807
CARTÓRIO CATOLE DO ROCHA-PB

396.353.764-72

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍSA

SECRETARIA DE SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIVIL

COMANDO DE POLÍCIA CIVIL

4-02
P-109

otavio Domingos de oliveira

CARTEIRA DE IDENTIDADE



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.
Documento não é segunda via do conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscalizada de energia elétrica - : N° 040.996.222



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 - Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

VALTELIA MARQUES DA SILVA OLIVEIRA
SIT JALECO S/N SIT JALECO
RIACHO DOS CAVALOS

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/646487-9

REFERÊNCIA

MAR/2020

APRESENTAÇÃO

24/03/2020

CONSUMO

119

VENCIMENTO

31/03/2020

TOTAL A PAGAR

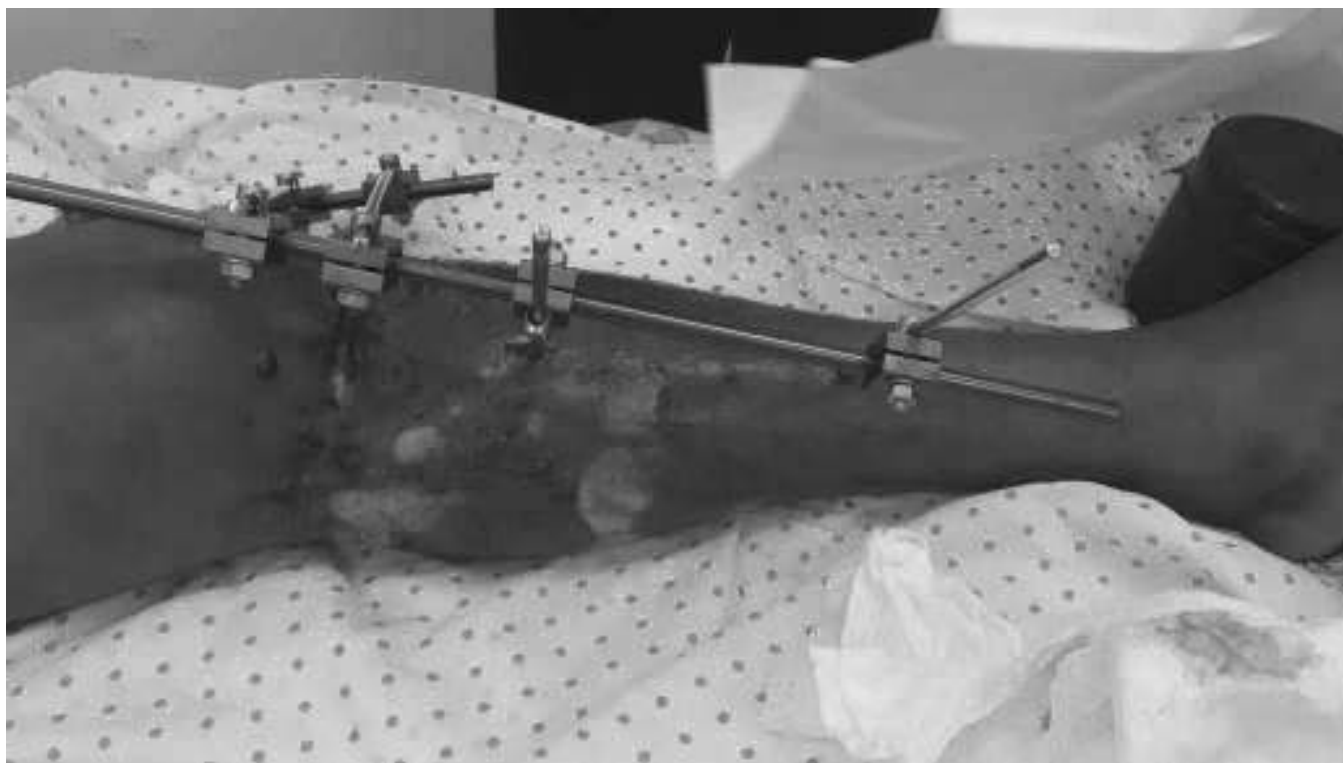
R\$ 95,28

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
CONTA PAGA - Data de Pagamento: 02/04/2020				
Pagador: VALTELIA MARQUES DA SILVA OLIVEIRA CNPJ/CPF: 910.473.584-68				
SIT JALECO S/N SIT JALECO - AREA RURAL - RIACHO DOS CAVALOS / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
26249120013631243	000646487202003	31/03/2020	R\$ 95,28	
BENEFICIÁRIO:ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA				09.095.183/0001-40
BR230 KM 25, S N - - CRISTO REDENTOR - JOÃO PESSOA / PB - CEP 58071-680				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2447-3				

















**Estado Da Paraíba
Poder Judiciário**

Processo nº: 0801311-66.2020.8.15.0141

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

Assunto: [Indenização por Dano Material, Acidente de Trânsito]

Autor(a): OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Vistos, etc.

Altere-se a classe processual, vez que o processo foi distribuído erroneamente como sendo do Juizado Especial e não ordinário.

Defiro os benefícios da justiça gratuita.

O seguro DPVAT é regulamentado pela Lei 6.194/1974, que, em seu artigo 3º prevê o valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos casos de invalidez permanente. É comum que se questione o fracionamento do valor indenizatório com base no grau de invalidez. Não obstante, o STF considerou que “os princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso social, máxime diante dos mecanismos compensatórios encartados na ordem normativa sub judice, restam preservados na tabela legal para o cálculo da indenização do seguro DPVAT” (STF, ADI 4350, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 23/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-237 DIVULG 02-12-2014 PUBLIC 03-12-2014) .

Por conseguinte, “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez” (Súmula 474, STJ).



Para fins de quantificação, deve ser considerada a tabela anexa à lei de regência, como determinam o § 1º do artigo 3º da lei de regência .

Conforme disposto no art. 319, III, do CPC, a inicial deve conter a exposição do fato sobre o qual se embasa o direito alegado. A causa de pedir deve ser tão clara e específica quanto o pedido, inteligência do art. 330, § 1º, do CPC, sob pena de indeferimento da inicial.

Assim, é que deve o(a) autor(a) promover-lhe a emenda, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecendo a extensão da invalidez alegada, assim entendida: 1) a descrição minuciosa da sequela efetivamente experimentada; 2) a descrição da invalidez que foi apurada pela seguradora e qual o percentual que lhe foi pago; 3) os motivos pelos quais entende que o percentual da tabela DPVAT que lhe foi alcançado não se amolda àquele que deveria ter sido considerado e que culminaria no direito à diferença ora pleiteada; 4) comprovar o prévio requerimento administrativo.

Registre-se que o valor devido, regra geral, não corresponderá à diferença necessária para atingir o teto indenizável (R\$ 13.500,00), uma vez que, conforme já salientado, já se encontra pacificada a orientação de que a indenização será proporcional ao grau de invalidez. O pedido, se deduzido nesses termos, poderá comportar, inclusive, improcedência liminar do pedido, com fundamento no inciso I do art. 332 do CPC.

Essa medida é justificada até mesmo em razão do que a experiência vem demonstrando em ações dessa espécie, invariavelmente tramitando sob a concessão de AJG à parte autora. Na maior parte dos casos, as perícias judiciais, custeadas pelas seguradoras (que são custeadas com dinheiro do contribuinte), corroboram o que fora constatado na seara extrajudicial.

III. Ato contínuo, pagas as custas e emendada a inicial, considerando que a promovida reiteradamente não celebra acordos no bojo de processos judiciais, exceto em casos especiais, entendo ser desnecessária a designação de audiência de conciliação no presente caso, devendo a parte ré ser citada para já apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

Seguindo a orientação contida da Recomendação 01/2015 do CNJ, a qual pode ser aplicada analogicamente ao caso em testilha, determino, desde já, seja designado perito oficial (médico) para realizar perícia médica no autor, a fim de comprovar as sequelas físicas oriundas do acidente automobilístico mencionado na exordial.

Faculto ao autor juntar, no prazo da contestação, quesitos para serem encaminhados ao perito, bem como indicar assistente técnico.

Outrossim, intime-se a requerida para efetuar o pagamento, em conta judicial vinculada a este processo, dos honorários periciais, arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais), segundo cláusula 1.3 do Convênio 015/2014 TJPB.

Cite-se a promovida para apresentar contestação em 15 (quinze) dias, apresentando seus quesitos, caso queira.

Com o depósito do valor dos honorários, oficie-se à Secretaria de Saúde para indicar médico ortopedista para realizar a perícia, o qual já fica automaticamente nomeado pelo



Juízo, encaminhando-lhe os quesitos do Juízo, quais sejam: 1) Qual o tipo de lesão apresentada pelo periciado e os respectivos CIDs? 2) Existe relação de causa entre o acidente de trânsito noticiado na petição inicial e a(s) lesão(ões) apresenta(s)? 3) Houve debilidade permanente do membro, sentido ou função? 4) A debilidade é de caráter temporário ou definitivo? Qual o grau, em percentagem (de 0% a 100%), da debilidade apresentada?

Com a designação da data da perícia pelo médico nomeado, intime-se a parte promovente para comparecer ao local designado pelo médico para a realização da perícia, munido, preferencialmente, de seus documentos pessoais e toda e qualquer documentação pertinente à demanda.

Com a entrega do laudo, falem as partes em 10 (dez) dias, informando se têm interesse em conciliar.

E, finalmente, entregue o laudo, oficie-se ao Banco do Brasil para que transfira o numerário depositado na conta judicial para a conta bancária indicada pelo perito.

Após o cumprimento de todos os itens acima mencionados, conclusos.

Diligências necessárias. Cumpra-se.

Renato Levi Dantas Jales

Juiz de Direito

Em Substituição Legal



emenda em anexo



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA
COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA, ESTADO DA PARAÍBA.**

Processo nº: 0801311-66.2020.8.15.0141

OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** por seu procurador subscrito, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência expor e requerer, o quanto segue:

EMENDA A INICIAL

Inicialmente cumpre ressaltar que a presente emenda se dar em cumprimento do despacho processual de ID nº 34531728.

Nesse sentido, tem-se que:

- **Quanto à extensão da invalidez alegada:**

- 1) A descrição minuciosa da seqüela efetivamente experimentada;

Excelência, analisando o Relatório Médico acostado ao processo em epígrafe datado de 21 de janeiro de 2020 e assinado pela Drª Luiziane Lira N. Fontes – CRM 8445-PB (anexo 05) Vislumbra-se as seguintes seqüelas oriundas do sinistro que acometeu o autor:



Observou-se cicatrizes pelo corpo do autor; o joelho esquerdo do autor apresenta múltiplas cicatrizes extensas localizada na face anterior do mesmo referentes ao fixador externo e o acesso cirúrgico; edema residual importantíssimo; dor a palpitação; dor a mobilização ativa e passiva bloqueio ativo dos movimentos de flexão e extensão; ausência de força muscular dos movimentos de flexão e extensão e parestesia no ME e o paciente deambula em marcha claudicante, isto é, manca coxa ao caminhar.

Diante do relato acima transcrito do citado relatório ficou concluído que sobreveio do sinistro, **DEBILIDADE PERMANENTE E LIMITAÇÃO EM 75% da capacidade funcional do joelho esquerdo**, conforme já mencionado, todas as informações aqui trazidas são advindas de relatório médico acostado a presente inicial.

- 2) A descrição da invalidez que foi apurada pela seguradora e qual o percentual que lhe foi pago;

Conforme se depreende da análise do (anexo 07), a invalidez foi apurada pela seguradora da seguinte forma:

Rio de Janeiro, 04 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3150701544 Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 04/03/2019 Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total a receber:	R\$ 1.857,50

Data Processal: Parte com perda da mobilidade de um joelho 25%
Gratificação: Em grau médio 60%
% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%
Valor a indenizar: 12,50% x 18.500,00 = R\$ 1.857,50

E



Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 2020

Nº do Perfil do Seguro DPVAT: 1190701544 Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 04/09/2019 Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total devido:	R\$ 543,76

Dano Possível: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%
 Graduação: Impossibilidade 75%
 % Invalidiz. Permanente DPVAT: (75% de 25%) 18,75%
 Valor a indenizar: 18,75% x R\$ 13.000,00 = R\$ 2.521,25

A princípio conforme demonstrado, observa-se que no mês de janeiro de 2020, foi considerado pela seguradora o percentual de 25% (vinte cinco por cento) da perda da mobilidade completa do joelho do autor. E um **percentual de intensidade da perda em 50% (cinquenta e cinco por cento)**, porém na efetuação dos cálculos para fins de identificação do valor a se indenizar ao invés de haver sido realizado o cálculo com a base direta; efetuou-se dois cálculos minorando o valor em que o autor efetivamente faz jus, ou seja, foi multiplicado 50% por 25% chegando ao percentual de 12,50%, percentual esse aplicado sobre o valor máximo de indenização por invalidez R\$ 13.000,00 (treze mil reais), totalizando valor de **R\$ 1.687,50 (Mil seiscientos e oitenta e sete reais e cinqüenta centavos)**;

Posteriormente, no mês de fevereiro/2020, foi considerado pela seguradora o percentual 25% (vinte cinco por cento) da perda da mobilidade completa do joelho. E o **percentual de intensidade da perda em 75% (setenta e cinco por cento)**, porém na efetuação dos cálculos para fins de identificação do valor a se indenizar ao invés de haver sido realizado o cálculo com a base direta de (75%); efetuou-se dois cálculos minorando o valor em que o autor efetivamente faz jus, ou seja, foi multiplicado 75% por 25% chegando ao percentual de 18,75%, percentual



esse aplicado sobre o valor máximo de indenização por invalidez R\$ 13.000,00 (treze mil reais), totalizando valor de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**.

Ocorre, senhor magistrado que o valor máximo da indenização por invalidez permanente tem por base o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e, se o grau de lesão permanente do autor foi 75% (setenta e cinco por cento), teríamos o valor de R\$ 10.125,00 (Dez mil cento e vinte cinco). Referente ao seguro do DPVAT a ser recebido pelo promovente no tocante a cobertura pela invalidez permanente. Ocorre que, apesar da promovida ter efetuado o pagamento de dois valores a título de indenização por invalidez, **(R\$ 1.687,50+ R\$ 843,75) = ao final totalizou o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um real e vinte cinco centavos).**

Portanto, o autor fez jus apenas 18,75% de R\$ 13.500,00, quando na verdade deveria receber 75% do referido valor. Nesse sentido, o mesmo ficou sem receber uma monta de R\$ 7.593,75 para completar o percentual a qual tem direito.

- 3) Os motivos pelos quais entende que o percentual da tabela DPVAT que lhe foi alcançado não se amolda àquele que deveria ter sido considerado e que culminaria no direito à diferença ora pleiteada;

Os percentuais utilizados na base de cálculos é diferente do percentual da incapacidade permanente do autor, conforme atesta o atestado médico e em consonância com as especificações explicitadas no tópico 02 deste documento.

- 4) Comprovação do prévio requerimento administrativo:

O requerimento administrativo comprova-se através da carta da seguradora contendo os valores indenizados e o número do sinistro obtido na data em que o requerimento foi realizado.



QUESITOS PARA PERÍCIA MÉDICA

- 1) O autor é portador de alguma sequela decorrente do acidente automobilístico? Qual?
- 2) Qual o grau de perda funcional do autor? Possui força e coordenação motora para manejar os instrumentos próprios do ofício?
- 3) O autor é capaz de realizar atividades que necessite de força física?
- 4) A patologia que acomete o autor é de cunho temporário ou permanente?
- 5) Há possibilidade de reversibilidade da patologia?

Riacho dos Cavalos/PB, (data da assinatura digital)

FABRICIO ALVES DA SILVA
OAB/PB nº 27.997



Promovida a emenda a inicial, fica a parte autora intimada para pagar as custas.





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

2ª VARA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA/PB

DESPACHO

NÚMERO DO PROCESSO: 0801311-66.2020.8.15.0141

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Indenização por Dano Material, Acidente de Trânsito]

PARTE AUTORA: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

PARTE RÉ: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifique-se o pagamento das custas reduzidas.

Não paga, intime-se a parte autora para fazê-lo em 10 dias, sob pena de extinção.

Paga, cumpra-se o despacho inicial.

Catolé do Rocha/PB, data do protocolo eletrônico.

Renato Levi Dantas Jales

Juiz de Direito Substituto







Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Catolé do Rocha

Avenida Deputado Americo Maia, S/N, João Serafim, CATOLÉ DO ROCHA - PB - CEP:
58410-253

Número do Processo: 0801311-66.2020.8.15.0141
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Indenização por Dano Material, Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que as Custas reduzidas não foram pagas.

CATOLÉ DO ROCHA, 18 de janeiro de 2021
ELIZABETH CAMPOS DA SILVA VIEIRA

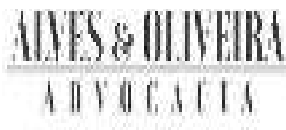


Fica a parte autora intimada para pagar as custas judiciais em 10 dias, sob pena de extinção.



em anexo





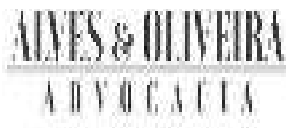
AO JUÍZO DA 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA, ESTADO DA PARAÍBA
Processo nº 0801311-66.2020.8.15.0141

PETIÇÃO SIMPLES – PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE JUSTIÇA GRATUITA

OTÁVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, parte devidamente qualificada nos autos da ação em epígrafe, por meio de seu Advogado que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, expor e ao final requerer o que se segue:

Inicialmente cumpre ressaltar que o autor propos a presente ação em face da requereu os benefícios da justiça e junto documentos comprobatórios, em razão disso EM 21/09/2020 foi proferido uma decisão, despacho (ID nº34531798), o requerimento da Justiça gratuita foi devidamente DEFERIDO, vejamos:





Ocorre que, posteriormente no dia 14/10/2020 foi proferido um despacho judicial (**ID nº 35432776**), onde a parte autora foi surpreendida com a intimação para efetuar o pagamento das custas. Inconformada com tal intimação a parte autora entrou em contato com o telefone da 2ª VARA para que houvesse a regularização de tal inconsistência, mas não obteve nenhum retorno, para resolver o pleito.

Assim, considerando que em 18/01/2021 foi juntado aos autos certidão de que não foi efetuado o pagamento das custas pela parte autora, requer pois a juntada da justificativa aqui exposta para que seja regularizada o prosseguimento do processo.

Dessa forma, não faz sentido a parte autora efetuar pagamento de custas se é hipossuficiente conforme comprovado nos autos e além disso seu requerimento de gratuidade já fora devidamente deferido.

Diante do exposto, REQUER que seja **RECONSIDERADO** os benefícios da justiça gratuita, eis que não possui condições financeiras de arcar com despesas processuais, com fulcro no disposto no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, nos artigos 98 e ss, do CPC e na Lei nº 1.060/50.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Riacho dos Cavalos/PB, 18 de Janeiro de 2021.

FABRICIO ALVES DA SILVA

OAB/PB nº 27.997





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Catolé do Rocha

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801311-66.2020.8.15.0141

DESPACHO

Ante o deferimento da justiça gratuita no ID 34531728, não há o que se falar em pagamento de custas judiciais reduzidas.

Assim, cumpra-se conforme segunda parte do despacho inicial no ID 34531728.

CATOLÉ DO ROCHA, 19 de janeiro de 2021.

Renato Levi Dantas Jales

Juiz de Direito em Substituição Cumulativa



AO JUIZO DA 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA, ESTADO DA PARAÍBA

Processo nº 0801311-66.2020.8.15.0141

COMUNICAÇÃO

OTÁVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, parte devidamente qualificada nos autos da ação em epígrafe, por meio de seu Advogado que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, expor e ao final requerer o que se segue:

Inicialmente cumpre ressaltar que o autor, em tempo, atendeu o pedido desse juízo e emendou a inicial, conforme **(ID nº35362901)**, feito isso, não há o que se falar em cumprir segunda parte do despacho inicial no **(ID 34531728)**, conforme exigido.

Assim, considerando que fora comprovado a justiça gratuita bem como à emenda a inicial (segunda parte do despacho inicial no **(ID 34531728)** por meio do documento **(ID nº35363901)**, requer pois que seja regularizada a situação processual para o prosseguimento do processo.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Riacho dos Cavalos/PB, 29 de Janeiro de 2021.

FABRICIO ALVES DA SILVA
OAB/PB nº 27.997





Cite-se a promovida para apresentar contestação em 15 (quinze) dias, apresentando seus quesitos, caso queira

Intime-se a requerida para efetuar o pagamento, em conta judicial vinculada a este processo, dos honorários periciais, arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais), segundo cláusula 1.3 do Convênio 015/2014 TJPB.

